



A ESCOLA MUNICIPAL DA COLÔNIA DONA LUIZA E SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL NAS DÉCADAS DE (1950-1970).

Nelci Aparecida Ruth¹
Helena Ragusa²

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança... (POLLACK, 1992, p. 202)

INTRODUÇÃO

Palavras - chave:
História Local,
Representação, Memória,
Identidade.

A época em que vivemos nos apresenta situações bastante complexas. As transformações pelas quais passa a sociedade são cada vez mais rápidas, em todos os âmbitos. Tais mudanças exigem a adaptação e a convivência com tecnologias cada vez mais avançadas. Estas, ao mesmo tempo em que podem proporcionar conforto, facilidades e ampliar nossa visão de mundo ao nos conectar virtualmente com as inúmeras possibilidades de novas formas de aprender, de trabalhar, de lazer, de nos comunicar com pessoas em qualquer lugar do planeta, também nos levam a adquirir novos hábitos, mudando as rotinas e os conceitos estabelecidos, com os quais nos acostumamos ao longo do tempo. Segundo Jean Chesneaux

Resumo: A presente pesquisa tematiza a história local, enfocando a Escola Municipal da Colônia Dona Luiza e analisando sua relação com a comunidade nas décadas de 1950 a 1970. O objetivo deste estudo foi analisar as representações de ex-alunos e antigos moradores a respeito da Escola Isolada da Colônia Dona Luiza, no município de Ponta Grossa. Além do uso da fonte oral, também nos utilizamos de outras fontes, tais como as de caráter bibliográfico e também aqueles que pertencem ao universo da cultura material escolar, como foi o caso das atas de exames anuais dos livros de registros escolares. Até meados do século XX a região era povoadas apenas por imigrantes europeus, principalmente russo-alemaes, sendo que a abertura para moradores de outras etnias se deu após o loteamento e doação de terrenos para famílias que se dispusessem a morar na localidade. A partir desta e outras constatações, foi possível perceber que este fato contribuiu para que a colônia adquirisse ares mais urbanos, com características de bairro.

Interconexões, redes, circuitos, cadeias, fluxos, termos que se apresentam naturalmente à mente, quando se procura analisar as modalidades novas do espaço moderno; traduzem a relação fundamental da mobilidade, da qual procedem as tendências à onipresença e os sistemas “fora do chão”. As singulares posições no espaço concreto têm uma importância meramente secundária, o ambiente real não representa senão uma “baixa prioridade”. É, pois, segundo uma lógica circular que se organiza a atividade econômica e a produção cultural, a vida cotidiana e as estruturas edificadas (CHESNEAUX, 1995, p. 20).

Paralelamente a tantas inovações tecnológicas, há um movimento de valorização dos acontecimentos do passado, das raízes, dos costumes e das tradições dos povos.

Costumamos pensar que patrimônio é passado, memória daquilo que ficou como herança. Mas o patrimônio, também, é presente, é memória do tempo presente. Isso porque não podemos entender o presente, nem tampouco pensar o futuro sem olhar para a memória – pano de fundo para se pensar as mudanças sociais. Em se tratando de passado temos um patrimônio que agrupa pessoas e acontecimentos que testemunham períodos vividos. São memórias que profissionais e instituições credenciam como patrimônio: preservando-os, recuperando-os e conservando-os. (ARARIPE, 2004. p.111-112)

As memórias são muito importantes neste processo de seleção e validação do que pode ser considerado patrimônio. De certa forma, a preservação deste

¹ Graduada em Licenciatura em Pedagogia (2002) e pós-graduada em Psicopedagogia (2004) e em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/Universidade Aberta do Brasil (2012). Email: nelciappruth@yahoo.com.br

² Orientadora. Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina.

ou daquele monumento ou documento, é uma construção cultural e política, pois não é neutra e revela uma busca da construção da identidade de um grupo social, étnico, religioso. Enfim, as causas determinantes são múltiplas e possuidoras de historicidades próprias, perpassando as transformações vividas pelas sociedades, pois estas não são estáticas.

Após elegermos como objeto de pesquisa a Escola Isolada Municipal da Colônia Dona Luiza, no período de 1950 a 1970, nos deparamos com a escassez de documentos e com a má conservação destes. Ao constatarmos este fato, verificamos que algumas fontes estariam incompletas, prejudicando assim a análise pretendida inicialmente. Estas dificuldades encontradas relacionam-se com a falta de preservação adequada da cultura material escolar, o que nos levou a optar pela história oral como método nesse estudo, compreendendo que a história oral é uma metodologia de pesquisa bastante democrática (ALBERTI, 2010, p.155).

As entrevistas concedidas pelos ex-alunos da Escola e antigos moradores da localidade apresentam uma análise da importância da Escola para a comunidade daquela época.

A memória seleciona lembranças. Através das narrativas, as experiências vividas no tempo e no espaço delimitado, evocam as lembranças, puxando pela memória, vão revelando aspectos diversos de um mesmo fato. Ao realizar o cruzamento de dados e informações obtidas com as entrevistas, alguns fatos demonstraram-se comuns a todos os entrevistados, enquanto outros, embora indispensáveis, revelaram descompassos e imprecisões, o que não descaracteriza o trabalho científico, levando-se em conta que a memória e a narrativa são categorias importantes, constitutivas do processo de produção de história oral.³

Também é importante atentar para o fato de que a história oral é uma forma de se registrar as mudanças e permanências verificadas ao longo do tempo:

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas a entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido. (Ibid-

dem).

Um paradoxo interessante ocorre nas sociedades, especialmente naquelas que atualmente se conectam por outras vias, como a internet, comunicando-se frequentemente naquele espaço. Mesmo diante da possibilidade de fazer praticamente tudo que se precisa sem ter que sair da sua residência: estudar, comprar, trabalhar, conversar (via e-mail, redes sociais), as pessoas sentem necessidade de interagir, de compartilhar, de socializar acontecimentos, sucessos, fracassos, ideias, remetendo-nos ao fato de que os seres humanos são essencialmente seres sociais, com a necessidade inata de viver em grupo.⁴

Sobre as sociedades, suas organizações, seus comportamentos, suas tradições, existem muitos estudos, pois tais entidades sociais são inúmeras, assim como os diversos fatores que sobre elas interferem. No livro *Sociologia da Educação*, de Carlos B. Martins (1995), o autor cita como principais agências socializadoras a família, a religião, a escola, os grupos de amigos e os meios de comunicação. Essa interdependência entre as pessoas e seu meio social gera convenções que são incorporadas ao longo do tempo, constituindo formas de organizações que são repassadas através das gerações. Certamente que estas relações também são mutáveis e sofrem alterações com o passar do tempo:

É a família e não o indivíduo isolado que possuía significação para uma compreensão da sociedade, pois era uma unidade fundamental para a experiência do indivíduo e elemento importante para o conhecimento da sociedade. (MARTINS, 1995, p.30-31)

A família, as igrejas e escolas constituem-se como formas de estabelecer interações sociais, criando laços, mantendo e transmitindo costumes, que ao longo do tempo formam a história das comunidades, de um povo, de uma nação. Sob esta ótica, a história de determinada comunidade ou localidade é formada pelas situações vividas socialmente, compartilhadas e transmitidas, oralmente ou por registros escritos, tais como memórias, documentos, atas, fotos, objetos e utensílios, etc. Portanto, é a vida em sociedade que nos torna seres efetivamente humanos.

A institucionalização das escolas é um exemplo disso. A escola não é apenas um local para a trans-

3 As entrevistas foram realizadas com autorização prévia dos entrevistados. Para preservação dos nomes dos mesmos serão citados como entrevistados A, B, C e assim sucessivamente.

4 Sobre o uso das novas tecnologias de informação e uso da internet, ver OLIVEIRA, José Palazzo Moreira de. Sistemas de Informação e Sociedade. Revista Ciência e Cultura, v.55, n.2, p. 39-41, abr.-jun. 2003.

missão do conhecimento ou saberes sistematicamente organizados, de acordo cada época e seu contexto social, político ou econômico. Há que se considerar todos os aspectos dessa cultura escolar. Dominique Julia (2001) defende que:

... esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular..., poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. (JULIA, 2001, p.10)

Independentemente da realidade na qual está inserida a escola, a cultura escolar revela uma multiplicidade de relações. Ao definir como objeto de pesquisa a Escola Isolada Municipal da Colônia Dona Luiza e sua relação com a comunidade local nas décadas de 1950-1970, além da pesquisa com os sujeitos que vivenciaram a época e estudaram na Escola, também se fez necessário um trabalho de pesquisa com documentos, contextualizando historicamente o início da colonização do lugar.

Um breve olhar sobre a comunidade local

O espaço geográfico onde atualmente se localiza o bairro Colônia Dona Luiza, com suas inúmeras vilas, conjuntos habitacionais, condomínios, com comércio diversificado, escolas, fábricas e indústrias já fez parte de uma imensa fazenda: a Fazenda Estrela. Segundo a obra História de Ponta Grossa, de Guísela V. Frey Holzmann (1975), no final do século XVIII seu proprietário era Domingos Ferreira Pinto, conhecido como Mingote, pai de Domingos Ferreira Pinto Filho, o Barão de Guaraúna. A propriedade estendia-se da atual Vila Estrela até as proximidades do Distrito de Guaragi.

No século XIX, inicia-se o movimento de imigração incentivado pelo Imperador D. Pedro II, como recurso de mão de obra para a lavoura e para povoamento da região. Em sua obra Ponta Grossa – Um século de vida (1823-1923) as autoras Elisabete Alves Pinto e Maria Aparecida C. Gonçalves (1983), destacam que:

Em novembro e dezembro de 1877 e julho, agosto e outubro 1878, chegaram ao município de Ponta Grossa, 2381 russo-alemães, dos quais 1646 tinham mais de 10 anos, 461 entre 1º e 3 anos e 274 com menos de 3 anos de idade. No território de nosso município foi estabelecida a Colônia Octávio, subdividida em 17 núcleos coloniais, afastados do centro urbano, que recebeu os 2381 colonos russo-alemães, dos 3809 entrados na Província do Paraná, no referido período, conforme pode ser visualizado no Quadro II, extraído do trabalho “Mudanças na estrutura agrária do Paraná” de Altiva Pilatti Balhana. (PINTO e GONÇALVES, 1983, p.113)

Segundo as autoras, a fazenda possuía uma área de 4.382.666 m², com 27 famílias estabelecidas inicialmente e de religião católica. No entanto, nem todos os imigrantes assentados permaneceram nas subcolônias.

Os motivos principais da reimigração foram a pobreza do solo, o fracasso das colheitas e descaso do Governo. Tal situação motivou a visita de D. Pedro II aos Campos Gerais em maio de 1880. Com o passar do tempo e o crescimento da cidade, a zona urbana absorveu as subdivisões da Colônia Octávio, que vieram a constituir os atuais bairros, como é o caso do Bairro Colônia Dona Luiza. (PINTO e GONÇALVES 1983, p. 114-119).

Os imigrantes que permaneceram na localidade eram de origem russo-alemã, polonesa e italiana. A religião católica era professada por todos os moradores. Em 8 de janeiro de 1888, fundaram a Capela do Divino Espírito Santo, no mesmo lugar da atual igreja. Como a primeira capela foi abençoada no mês de outubro, no dia de São Vendelino, patrono dos agricultores e criadores de gado, para o qual os imigrantes russo-alemães tinham muita devoção. Assim, a capela ficou conhecida como Igreja São Vendelino. (HOLZMANN 1975, p.69). Esta tradição religiosa permanece até nossos dias.

Conforme manuscrito⁵, “em 1893 a insistentes pedidos dos colonos desta Colônia⁶ aportou aqui o professor Jorge Dechandt assumindo o cargo de

5 Material cedido pelo senhor Eraldo Zanardini, ex-aluno da Escola Isolada da Colônia Dona Luiza, bisneto do professor Jorge Dechandt. Acervo Pessoal.

6 A denominação Colônia do Pelado se refere aos vastos campos da Colônia Dona Luiza, figurando como um “apelido” da localidade.

professor e guia espiritual, função esta que ocupou até 1918". Esta informação é confirmada por Epa-minondas Holzmann, em seu livro Cinco Histórias Convergentes (2004):

Outro russo, do contingente católico, que merece um posto de honra é Jorge Dechandt, o fundador do primeiro jornal editado em alemão no Paraná: Deutscher Pioner. Fixando residência em Ponta Grossa, radicou-se na Colônia do Pelado e aí foi mestre-escola durante várias décadas, irradiando a luz de seu saber a centenas de meninos, colonos e nacionais. (HOLZMANN, 2004, p.71)

Inicialmente o Professor Jorge Dechandt lecionava em sua casa, onde atualmente localiza-se o Colégio São Francisco. A primeira escola da Colônia localizava-se ao lado da Capela de São Vendelino, funcionando ali até 1935, quando o Governo Federal proíbe as escolas dos imigrantes.⁷

Com a construção da igreja no terreno da capela, a escola dos imigrantes é demolida. O local para a construção da nova escola, denominada de Escola Isolada da Colônia Dona Luiza, foi cedido pelo senhor Antonio Becher, onde atualmente existe a "parte nova" do Cemitério e a capela mortuária. Segundo Guisela Veleda Frey Chamma (1988), na gestão do prefeito Albari Guimarães (1934 a 1945) muitas escolas foram construídas.

Na documentação oficial da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa (SME), não encontramos nos Livros de Atas de Exames registros referentes ao início das atividades na Escola Isolada da Colônia Dona Luiza, pois muitos livros já não constam do arquivo no setor de Estrutura da SME. O registro escrito mais antigo está no Livro de Atas nº 2, de 1953 e o último registro está no Livro Ata nº 31, de 1973, ano em que a escola foi desativada definitivamente.⁸

A partir da década de 1940, a população da Colônia se diversifica. A Prefeitura doa lotes para famílias que se comprometem a morar na localidade. Dessa forma, várias etnias passam a conviver na mesma região, pois além dos russo-alemanes, poloneses e italianos vieram ucranianos e os chamados nacionais: brasileiros e afrodescendentes. Apesar de alguns moradores frequentarem igrejas evangélicas, a fé católica ainda predominava.

Com o tempo e o crescimento da cidade, a região perdeu as características de colônia de imi-

grantes. Porém, a denominação permaneceu, remetendo às origens da comunidade.

A Escola Isolada da Colônia Dona Luiza

Após o decreto presidencial que determinou definitivamente o fechamento das escolas alemãs nas colônias, a Colônia Dona Luiza ficou desprovida de escola. Apesar de não se encontrar registros precisos com a data do início das atividades da Escola Isolada, segundo relato de antigos moradores, ela foi construída na década de 1940, na gestão do prefeito Albari Guimarães.



Figura 1: Alunos da Escola Isolada da Colônia Dona Luiza, classe multisseriada, 1959.

Fonte: Foto cedida por Lezi Ruppel, ex-aluna da Escola Isolada da Colônia Dona Luiza. Acervo pessoal.

Na imagem reproduzida na Figura 1, observamos alunos que estudavam em turmas diversas – do 1º ao 4º ano – denominadas de classes multisseriadas. Os alunos constituíam uma turma heterogênea, não somente por se encontrarem em níveis diferentes do processo de aprendizagem, mas também por pertencerem a faixas etárias variadas. Outro detalhe que merece destaque é o fato de que a população escolar já não é constituída exclusivamente por descendentes de imigrantes europeus.

A escola possuía apenas uma sala de aula e era extremamente simples. Havia na entrada uma placa de identificação da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. O pátio era de chão batido e a cerca era de madeira.

7 Decreto-lei nº 88/1938.

8 Pesquisa autorizada conforme Ofício Circular nº 231/2011 em 10/11/2011 e comunicada à solicitante em 05/03/2012. A pesquisa nas dependências da SME ocorreu em 19/03/2012.

As informações acima foram obtidas através de entrevistas realizadas com dez ex-alunos, distribuídos entre as décadas de 1950 a 1970 e com seis moradores do bairro desde as épocas igualmente citadas. No decorrer destas décadas, o país passou por duas Reformas Educacionais – Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024/61 e 5.692/71 e viveu o período da Ditadura Militar.

A pesquisa de documentos no arquivo no setor de Estrutura da Secretaria Municipal de Educação resumiu-se à análise dos Livros-atas encontrados. Com relação aos anos de 1956, 1957 e 1958 não há registros. Foi possível observar que os Livros-atas não eram organizados por escola, mas sim pela ordem em que os examinadores e a autoridade do Departamento Municipal de Ensino visitavam as escolas para aplicar os exames finais. Outra observação interessante é a constatação de irregularidade da ordem cronológica em alguns Livros-atas. No Livro-ata nº 6, por exemplo, há registros de 1960, na página 21, de 1971, na página 28 e de 1961, na página 91.

Este fato revela que não havia um maior cuidado em relação aos registros escolares, tanto de conservação dos mesmos como de seu valor documental, pois um Livro-ata foi utilizado novamente uma década após seu início. Na tabela organizada com as informações obtidas, é possível verificar que este fato se repete em outros Livros-atas.

As atas seguiam um modelo: data, nome da escola, nome da professora regente, nomes dos examinadores e da autoridade municipal (normalmente inspetor do Departamento Municipal de Ensino), número de alunos matriculados no ano letivo e número de alunos presentes na aula do dia em questão. Após o exame era feita uma lista com os nomes dos alunos, registrando as notas obtidas na prova e o resultado final. A ata era assinada pela professora regente, pelas aplicadoras e pela autoridade municipal presente no dia do exame.

As informações encontradas nos Livros-atas foram as seguintes:

Livro nº	Página	Ano	Número de alunos matriculados:	Série ou ano escolar
2	33 e verso	1953	49	Multisseriada
3	14 e verso	1954	23	Multisseriada
3	44, 45 e versos	1955	20	Multisseriada
4	1 e verso	1955	----	-----
4	95 e verso	1959	13	Multisseriada

6	21 e verso	1960	12	Multisseriada
6	28 e verso	1971	34	-----
6	91	1961	7	3º e 4º
7	33	1961	17	1º e 2º
7	92 e verso	1962	13	-----
7	166 e verso	1963	13	3º e 4º
14	4, 5 e verso	1964	27	-----
14	50 e verso	1965	22	1º
15	35 e 36	1971	29	1º
15	39 e verso	1972	19	1º
16	8 e 9	1967	25	1º
16	14 e 15	1968	28	1º
16	27 e 28	1969	26	-----
16	verso p.43 e p.44	1970	29	2º
18	1 e verso	1973	30	1º
19	6 e verso	1964	-----	-----
19	41 e verso	1966	17	4º
20	30 e verso e p.31	1966	31	1º
21	3 e verso e p.4	1967	12	3º
21	13 e verso e p.14	1968	24	3º
21	21 e verso p. 22	1969	24	3º
21	27 e verso p.28	1970	28	3º
21	39 e verso	1973	----	3º
25	verso p. 7 e p.8	1967	27	-----
25	12 e verso p. 13	1968	23	2º
25	23 e verso	1969	25	2º
25	30 e verso e p.31	1970	22	1º
26	25, 26 e verso	1971	24	1º
26	31, 32 e verso	1972	27	2º
26	verso da p. 40	1973	----	----
27	verso da p.1 e p.2	1971	21	3º
27	6 e verso	1972	25	3º
28	4 e verso	1964	13	4º
28	verso da p.12 e p. 13	1965	7	4º
28	23 e verso	1966	-----	4º
30	verso da p.2	1967	7	4º
30	9 e verso	1968	14	4º
30	15 e 16	1969	17	4º
30	26 e verso	1971	27	4º
30	28 e 29	1972	26	4º
31	Verso da p. 13 e p.14	1970	21	4º
31	31 e verso	1973	21	4º

Apesar deste acervo não estar completo, pudemos verificar que na década de 1950 as classes eram organizadas na forma de multisserieadas. Verificamos também, que nessa década, há um número decrescente na quantidade de alunos matriculados, ou talvez, somente se tenha feito o registro dos que prestaram exame no 4º ano.

Na década de 1960, observamos que as turmas continuam multisserieadas, mas compostas por duas séries ou anos escolares: o 1º com o 2º ano e o 3º ano com o 4º ano. A partir do ano de 1965, houve um crescimento considerável no número de alunos por turma. Este aumento de alunos é citado nas memórias de alguns ex-alunos. Outro fato citado são as aulas de religião, ministradas pelos padres do Seminário Verbo Divino, que ficava próximo da Escola, apesar do ensino público já há muito tempo ter sido decretado laico⁹ pelo Governo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 4.024/61) foi a primeira promulgada visando regulamentar nacionalmente o ensino do país. No entanto, como ficou muito tempo em trâmite, por aproximadamente treze anos, logo após sua promulgação se sentiu necessidade de novas ações na política educacional.

No ano de 1964, o país passa por uma série crise política e inicia-se o período da ditadura militar. Embora a efervescência política dos grandes centros urbanos aparentemente não afetasse a vida dos moradores das áreas mais distantes, Ponta Grossa sofreu alterações na vida política como ação do golpe militar de 31 de março de 1964. José Hoffmann, eleito pelo voto popular, assumiu o cargo de prefeito em 10/03/1964, mas renunciou após o estabelecimento do governo militar. Segundo Chamma (1988), “com a renúncia de José Hoffmann, provocada por ação do Regime Militar, Plauto¹⁰ foi empossado prefeito no dia 15/06/1966 e governou até 69 (CHAMMA, 1988, p.101).

Nessa época, a educação pública de Ponta Grossa sofreu transformações. Foram criadas escolas municipais em todas as vilas do município e muitas das já existentes necessitavam de regulamentação, reformas e ampliações. Como constatamos na pesquisa documental, a Escola Municipal da Colônia Dona Luiza recebeu nova

denominação, excluindo-se a palavra “Isolada.” Devido a estas medidas educacionais, verifica-se um crescente aumento no número de alunos matriculados na Escola Municipal da Colônia Dona Luiza. Isso se deve ao fato que de nas vilas próximas as escolas estavam passando por reformas.

No ano de 1971, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e bases da Educação Brasileira. Esta lei prioriza a formação para o trabalho, visa o ensino tecnicista. Ao interpretá-la, estudos indicam sua intenção de atender aos interesses capitalistas, na onda do desenvolvimentismo defendido pelo governo brasileiro (Chervel, 1990).

Entre as décadas de 50 e 70 do século XX, o Brasil passa por muitas mudanças e no campo da educação não foi diferente. No quadro abaixo, podemos observar alguns aspectos dessas mudanças ao longo de trinta anos:

Evolução da população e da escolarização; população de 5 a 19 anos, 1950/1970

Ano	População de 5 a 19 anos	Matrícula no ensino primário	Matrícula no ensino médio	Total de matrícula
1950	18.826.409	4.366.792	477.434	4.924.226
1960	25.877.611	7.458.002	1.177.427	8.635.429
1970	35.170.643	13.906.484	4.989.776	18.896.260

Ano	Taxa de escolarização	Crescimento populacional	Crescimento da matrícula
1950	26,15	148,20	430,92
1960	33,37	203,71	755,70
1970	53,72	276,86	1.653,64

Analisando as informações do quadro acima, observamos que a população infanto-juvenil praticamente dobra de 1950 a 1970. O número de matrículas, em todos os níveis aumenta consideravelmente. O município de Ponta Grossa também vivencia este aumento. Consequentemente, a pequena escola da Colônia Dona Luiza sentirá o impacto desse crescimento. Assim, fez-se necessário realizar mudanças na estrutura física da escola, ampliando-a. Na fotografia reproduzida na Figura 2, ao fundo observa-se a escola ampliada, a qual pode ser comparada com a da Figura 1.

9 Constituição Federal de 1891, artigo 11, que decreta a não obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas do país.

10 Plauto Miró Guimarães era vice-prefeito na época.



Figura 2: Escola Municipal da Colônia Dona Luiza ampliada. 1965.

Fonte: Mirian Rupel, ex-aluna da Escola Municipal da Colônia Dona Luiza. Acervo pessoal.

Caneta-tinteiro, mata-borrão e outras memórias

Ao analisar os depoimentos dos ex-alunos da Escola Municipal da Colônia Dona Luiza, foi possível constatar algumas expressões comuns em todas as falas: lembranças, saudades, amizades, disciplina, vacinas, recreio, professoras.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20/30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLACK, 1992, p. 201).

¹¹ Entendemos a expressão tradição escolar como um conjunto de práticas utilizadas regularmente nas escolas que com o tempo passam a constituir-se em atitudes e hábitos comuns ao ambiente escolar. Transmissão de doutrinas, de lendas, de costumes etc. A tradição é o laço do passado com o presente. Sobre o assunto, consultar: MENDONÇA, 2006a.

Ao compararmos os depoimentos, foi possível observar que a memória realmente é um fenômeno coletivo, social e construído pelas pessoas inseridas em uma mesma realidade de tempo histórico e espaço geográfico e social.

Os depoimentos dos ex-alunos das décadas de 1950 – 60, comparados com os depoimentos dos alunos da década posterior, demonstram que as mudanças no campo da educação são lentas, pois dependem do poder público e seus representantes. Métodos arraigados na tradição escolar¹¹ como, por exemplo, disciplinar os alunos através de castigos físicos, vão sendo abolidos gradualmente, demonstrando uma transformação na forma de entender a escola pelos profissionais da educação que nela atuam. Sobre esse aspecto, o historiador André Chervel observa:

No seu uso escolar, o termo “disciplina” e a expressão “disciplina escolar” não designam até o fim do século XIX mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso.... Disciplinar a inteligência das crianças, isto constitui o objeto de uma ciência especial que se chama pedagogia (CHERVEL, 1990, pp. 178 - 179).

No Brasil, mesmo já na segunda metade do século XX, disciplina ainda era entendida como vigilância e repressão, sendo uma maneira de corrigir qualquer tipo de insubordinação, tanto aos pais quanto aos professores.

Os alunos da década de 1950-60 relataram que a palmatória era utilizada até mesmo quando o aluno não entendia algum assunto ou tinha muitos erros no ditado de palavras, por exemplo, independente de estar “indisciplinado no comportamento”.

Outras vezes o castigo poderia ser mais humilhante: ficar ajoelhado em grãos de milho ou tampinhas de garrafas ou ainda, para os meninos, sentar junto com as meninas, pois as carteiras eram duplas. Quanto à opinião dos pais sobre os castigos físicos aplicados aos filhos, todos tendiam a respeitar a autoridade das professoras, sem questionar.

Nos anos 1950, as provas ou exames eram feitos com a caneta-tinteiro. Não era permitido borrar para não “perder nota”. Os alunos sofriam a pressão da perfeição. Somente alguns anos mais tarde permitiu-se o uso do mata-borrão, mas não ficava perfeito. Os alunos dessa época também lembraram

a angustiante experiência dos exames de admissão ao final do quarto ano primário. Nos anos posteriores, usava-se o lápis tinto, que borrava menos, mas ainda era preciso muito cuidado. Muitos alunos declararam como fato marcante da infância o medo das provas.

Os alunos da década de 1970 relataram que já não havia castigos físicos tão rigorosos, mas as professoras eram enérgicas. Alguns citaram que os alunos pouco disciplinados eram colocados atrás da porta, para não incomodar. Aqui se percebe que a forma de castigo físico é substituída pela violência simbólica¹² (BOURDIEU; PASSERON, 1970).

Outra situação que causava pânico entre os alunos era o dia da vacinação. As vacinas eram aplicadas com “pistolas”, portanto com agulhas, pelos funcionários da área da saúde do município. Muitos alunos, ao verem o carro da prefeitura chegar à escola, fugiam, até mesmo pulando a janela e a cerca de madeira. Segundo o relato do ex-aluno A¹³

Ah! Também ficou na memória o “dia da vacina”, ouvia muito choro, fugas, meninos e meninas tentando fugir e até uns espertinhos que ficavam na fila e antes de ser vacinados pegavam um pedaço de algodão e colocava onde se aplicava a vacina e fingia estar vacinado e ainda com cara de que estava sentindo DOR, só uma vez banquei o espertinho.

Como lembranças agradáveis foram citados os recreios, a água do poço, as brincadeiras e o lanche preparado pelas merendeiras, dona Nercinda e depois dela pela dona Helena (não foi possível encontrar atas de registros de funcionários na SME). Em algumas ocasiões, era solicitado aos alunos levarem ingredientes para a sopa: uma batata, um chuchu, uma cenoura, etc. O mingau de aveia também foi citado várias vezes. Na década de 1950 não havia merenda e cada aluno levava seu lanche, normalmente pão feito em casa.

A partir dos anos 1960 iniciou-se o Programa de Merenda Escolar na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa¹⁴ (CHAMMA, 1988, p.94). Havia também em datas especiais comemorações com lanche mais “caprichado”, como bolo e suco, ou aulas-passeio até o Cine Pax (atual Teatro Municipal, pertencente à UEPG), para assistir filmes ou outras exibições artísticas:

Quando tinha festa, a mãe da professora fazia bolo, um banquete, para as crianças... (ENTREVISTADO B)

Um dia não teve aula e fomos à escola para comemorar o dia 12 de outubro, tinha Q-suco de morango, pão com margarina e até com mortadela, depois um ônibus nos levou até o Cine Pax para ver um filme, que só muito mais tarde fui saber que era baseado na Revolução Bolchevique de 1917 na Rússia. (ENTREVISTADO A)

Aquele dia parou um ônibus na frente da escola e fomos ao Pax assistir uma apresentação do cantor gaúcho José Mendes. (ENTREVISTADO C)

Muitos relataram ainda que, após os exames, os alunos que obtiveram melhor desempenho eram homenageados. No final do ano letivo, ganhavam uma “lembrancinha”:

Tinha uma lembrancinha no final do ano. Até um copo de acrílico trabalhado eu ganhei! Acho que devo ter ainda esse copo! Todo ano eu ganhava uma lembrancinha! (ENTREVISTADO D)

A professora do quarto ano era muito boa para todos e como lembrança do curso primário deu uma caneta bem bonita para cada aluno. Tinha também as aulas com o Padre Hans, a gente cantava! (ENTREVISTADO C)

O padre Hans me deu um livro de presente. (ENTREVISTADO E)

Embora não existisse a obrigatoriedade do ensino religioso, nem uma orientação confessional no ensino público, os padres do Seminário Verbo Divino ministravam aulas de religião na escola:

Em diferentes épocas, vêm-se aparecer finalidades de todas as ordens, que, ainda que não ocupem o mesmo nível nas prioridades das sociedades, são todas igualmente imperativas. Há em primeiro lugar as finalidades religiosas, fundamentais sob o Antigo Regime e, até 1882, na escola pública... “O primeiro dever do mestre é dar às crianças uma educação religiosa, e de gravar profundamente em sua alma o sentimento de seus deveres para com Deus, para com seus pais, para com os outros homens e para com eles mesmos” (CHERVEL, 1990, p.187).

Nos anos 1950, as aulas eram ministradas pelo padre André e posteriormente, pelo padre Hans¹⁵. Como havia uma estreita ligação entre os moradores da colônia com os padres, o fato era aceito com naturalidade, não havendo nenhuma reclamação do

12 A violência simbólica seria uma forma de dominação exercida pela classe dominante sobre os dominados. Nessa perspectiva, a escola seria um aparelho ideológico do Estado, um modo de reprodução da cultura estabelecida, na qual o povo deve ser educado para obedecer.

13 Os ex-alunos entrevistados serão indicados por letras maiúsculas para preservar suas identidades.

14 Eurico Batista Rosas foi prefeito de 1959 a 1962. Implantou o serviço de merenda escolar e a distribuição gratuita de material escolar aos alunos carentes matriculados na rede municipal.

15 Padres do Seminário Verbo Divino, responsáveis da paróquia do Espírito Santo na época.

fato, mesmo pelas famílias não católicas.

Outro fato lembrado foi a visita do prefeito Plauto Miró Guimarães à Escola, no ano de 1968:

A professora incumbiu o melhor aluno da sala de pedir para o prefeito uma bandeira – só não lembro qual bandeira. Dali uma semana, recebemos o pedido.

(ENTREVISTADO F)

As professoras são citadas com carinho e sentimento de gratidão. Nas fotografias sempre eram retratadas juntamente com suas turmas. Muitos ex-alunos comentaram que naquela época era difícil tirar fotografia e aquelas obtidas foram guardadas com muito zelo. Mesmo assim, uma professora foi relembrada por eles como extremamente enérgica e rigorosa com relação à disciplina e aos conteúdos a serem ensinados:

Um medo na minha infância? A professora... Eu era comportado na aula, mas todo mundo tinha medo dela. (ENTREVISTADO G)

O que marcou foi a professora... Ela gritava demais, não tinha paciência, principalmente com os meninos. Devo muito do que aprendi a ela, mas ela era muito brava. (ENTREVISTADO H)

Algumas considerações

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foi possível perceber que a possibilidade de participar de um trabalho acadêmico que valorizou a localidade e as vivências destas pessoas, atribuindo um significado social e histórico, despertou um sentimento de pertencimento a um grupo que viveu experiências e construiu sua identidade.

Ao ouvirmos os depoimentos gravados e cruzar as informações, percebemos lembranças comuns ao grupo dos entrevistados e laços de amizade que permaneceram ao longo do tempo. Também foi possível notar situações lembradas apenas por alguns, evidenciado que a memória é seletiva e que os critérios para essa seleção são subjetivos.

Ao analisar os depoimentos dos ex-alunos e moradores antigos do bairro, pode-se afirmar que a oportunidade de relembrar, após tanto anos, os acontecimentos da vida escolar, os colegas, as professoras, as zeladoras, trouxe aos entrevistados um misto de alegria e nostalgia. Ao compartilhar as lembranças, muitas imagens e sentimentos surgiram, sobre vários acontecimentos guardados em algum lugar da memória.

A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade. E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História oral (ALBERTI, 2010, p. 167).

No período, a Colônia era uma localidade afastada. Tudo era percebido como longe e difícil. As famílias, quase sempre numerosas e, não raro, passavam por dificuldades financeiras. A Escola foi uma referência, principalmente para aqueles que não puderam prosseguir nos estudos. Outros continuaram, chegando ao Ensino Superior.

Foi possível constatar que apesar das mudanças pelas quais a região passou e das transformações na vida que a tecnologia e as novas formas de organização da sociedade nos impõem, certamente que os acontecimentos marcantes da infância e o aprendizado na primeira escola, as amizades feitas e a lembrança das primeiras professoras são fatores importantes na constituição das pessoas como seres sociais, pois os seres humanos são sínteses de múltiplas determinações.

Referências

ALBERTI, V. Fontes Orais. Histórias dentro da História. In: **Fontes Históricas**. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). 2ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. In: **Transinformação**, Campinas, 2004. 16(2): p. 111-112 maio/ago.

BOURDIEU, P. PASSERON, J. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Lisboa: Ed. Vega, 1970.

BRASIL. **Decreto-lei nº 88/1938**.

Constituição Federal de 1891, artigo 11.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971.

CHAMMA, G. F. **História de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 1975.

Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder. Ponta Grossa: PMPG, 1988.

CHARTIER, A. Escola, culturas e saberes. In: XAVIER, L. N.; CARVALHO, M. M. C. de; MENDONÇA, A. W.; CUNHA, J. L. **Escola, Cultura e Saberes Escolares**. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2005.

CHERVEL, A. A história das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v.2, p.177-229, 1990.

CHESNEAUX, J. **Modernidade-mundo**: brave modern world. Petrópolis: Vozes, 1995.

HOLZMANN, E. **Cinco histórias convergentes**. Ponta Grossa, UEPG, 2^a ed. 2004.

IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970; IBGE, Estatísticas da Educação Nacional, 1960-1971; INEP/MEC, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n. 101.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, Editora Autores Associados, 2001, n° 1°, p. 9-43.

MARTINS, C. B. **Sociologia da Educação**. Brasília. Ed. Brasiliense, 1995.

MENDONÇA, M. R. S. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, M.; MENDONÇA, C. (Orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006 a.

OLIVEIRA, J. P. M. de. Sistemas de Informação e Sociedade. **Revista Ciência e Cultura**, v.55, n.2, p. 39-41, abr.-jun. 2003.

PINTO, E. A.; GONÇALVES, M. A. C. **Ponta Grossa – Um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa, Kugler Artes Gráficas Ltda, 1983.

POLLACK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n° 10, 1992, p. 200-212.

PONTA GROSSA. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 339/1968**.

SILVA, E. A.; SANTOS, F. L.; DENIPOTI, C. L. Métodos e Técnicas de **Pesquisa em História II**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.